

# CONTRIBUIÇÕES DAS ÁREAS HUMANAS E SOCIAIS PARA OS ESTUDOS DA INFÂNCIA

Franciana Dayana Pereira<sup>1</sup>

## RESUMO

No presente artigo teve-se por objetivo discutir as contribuições das áreas humanas e sociais para o estudo da infância. Nele contextualiza-se a temática da infância e apresentam-se os três direitos legais das crianças, direitos de proteção, direitos de provisão e direitos de participação. Posteriormente, apresentam-se as contribuições da antropologia, história da infância e da educação, sociologia e psicologia, destacando pontos de ligação entre as diferentes áreas do conhecimento apresentadas, enfatizando a necessidade de um olhar interdisciplinar ao pesquisar as temáticas infância e criança. Conclui-se que os estudos da infância precisam compreender a pluralidade da infância e a história, levando em consideração os processos de desenvolvimento da criança, além de vê-la como um ator social.

Palavras-chave: Infância. Criança. Estudos da infância.

## 1 INTRODUÇÃO

A concepção de infância como construção social existe desde os séculos XVII e XVIII. Entretanto, a partir de 1990 passa-se a considerar o fenômeno social da infância como uma categoria social autônoma, analisável nas suas relações com a ação e a estrutura social. A entrada das crianças e da infância na agenda da opinião pública e da produção científica expressa a relevância social da infância do final do século XX.

Sarmiento e Pinto (1997) apontam alguns fatores que contribuíram para esse fato: a diminuição da existência de crianças; a aprovação pelas Nações Unidas, em 1989, da Convenção dos Direitos da Criança e os indicadores que apontam que a infância é uma faixa etária com muitos problemas (pobreza, trabalho, fome, doenças, prostituição, assassinatos). Observa-se, assim, que a visibilidade contemporânea da infância é paradoxal, produz uma contradição no discurso e nas políticas sociais que resultam da complexidade social da infância e da heterogeneidade das condições de vida.

A Convenção dos Direitos da Criança considera criança o indivíduo de até 18 anos de idade, salvo quando atingir a maturidade mais cedo. Entretanto, ser criança varia entre sociedades, culturas, comunidades e até mesmo dentro de uma mesma família, além da estratificação social e do período histórico, pois as tradições e os contextos sociais podem estabelecer outros limites, como a entrada para a puberdade, a entrada no mercado de trabalho ou término da escolaridade – vale destacar que a escola é a instituição essencial para determinar os limites etários, e principalmente da infância (SARMENTO; PINTO, 1997).

Os referidos autores apontam, ainda, que o sistema político e o modo cultural de como as crianças são vistas afetam a realização dos seus direitos. Às crianças são dados legalmente três direitos, os três ps:

- a) direitos de proteção: nome, identidade, nacionalidade, contra discriminação, maus tratos, violência;
- b) direitos de provisão: alimentação, habitação, condições de saúde e assistência, além de educação;
- c) direitos de participação: decisão relativa de sua própria vida e a direção de instituições em que participa.

Esses direitos asseguram condições favoráveis de vida e de desenvolvimento às crianças, porém o direito de participação é o direito em que se observam menos progressos na sua realização. Infelizmente, inúmeras vezes é negado às crianças o direito de participar na tomada de decisões sobre a sua própria vida, principalmente nos casos em que as leis são implantadas ou aplicadas sem o consentimento das crianças, seja na sua vida pessoal seja na social, como no caso das escolas. Esse fato indica que há uma controvérsia, pois embora as crianças sejam atores sociais de pleno direito, a elas estão sendo oportunizados apenas cuidados sociais específicos, o que, segundo Sarmiento e Pinto (1997), além de

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; franci\_dpp@hotmail.com

errôneo, pode ser perverso. A consideração das crianças como atores sociais de pleno direito implica o reconhecimento da sua capacidade de produção e constituição das suas representações e crenças em sistemas organizados, ou seja, em culturas da infância.

Pode-se destacar que o estudo das culturas da infância é recente e ocorreu em diversas áreas, e a sua interpretação “necessita de se sustentar na análise das condições sociais em que as crianças vivem, interagem e dão sentido ao que fazem.” (SARMENTO; PINTO, 1997, p. 22). Entretanto, é preciso levar em consideração as características de homogeneidade da infância (categoria que se define pela idade abaixo de 18 anos, grupo minoritário) e de heterogeneidade das crianças (a variação das condições sociais em que elas vivem) para a definição de um campo de estudos e investigação.

É imprescindível que as pesquisas na área da infância considerem as contribuições das diversas áreas do conhecimento, por isso neste artigo objetiva-se discutir as contribuições das áreas humanas e sociais para o estudo da Infância.

## 2 CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

Ao estudar a temática da infância é indispensável recorrermos ao conhecimento já produzido sobre ela nos diferentes campos científicos, dessa forma, a seguir serão apresentadas algumas ponderações sobre a infância no campo da antropologia, da história da infância e da educação, da sociologia e da psicologia.

### 2.1 CONTRIBUIÇÕES DA ANTROPOLOGIA

A antropologia se firma como uma ciência social responsável pelo estudo de outras sociedades e culturas em fins do século XIX e começo do século XX, porém ao longo do século os antropólogos passam a se interessar também pela sua própria cultura, logo, “fazer antropologia é tentar entender um fenômeno em seu contexto social e cultural. É tentar entendê-lo em seus próprios termos.” (COHN, 2005).

Dessa forma, a antropologia da criança é aquela que analisa o que significa ser criança em diferentes culturas, sociedades, lugares e tempos; segundo Cohn (2005), ela é importante para que sejamos capazes de entender a criança e seu mundo a partir do seu próprio ponto de vista.

Nas décadas de 1920 e 1930 foram realizados os estudos antropológicos mais famosos sobre as crianças, esses estudos norte-americanos eram ligados à Escola de Cultura e Personalidade, uma escola culturalista fundada por Franz Boas, e “preocupavam-se em atender o que significa ser criança e adolescente em outras realidades socioculturais, tomando frequentemente a sociedades norte-americanas da época como um contraponto” (COHN, 2005), assim eles buscavam delimitar o que era cultural e o que era natural no comportamento humano.

Logo após, antropólogos britânicos da escola estrutural-funcionalista fundada por Radcliffe-Brown estudam os grupos de mesma faixa etária, as categorias de idade, as passagens entre as categorias de idade e status sociais, e seu papel. Ou seja, estudam-se as práticas e o processo de socialização dos indivíduos, em que “as gerações se sucedem, e cada qual vai assumindo um papel social que lhe antecede e define seus status e posição na sociedade.” (COHN, 2005).

A partir de 1960, surgem novas formulações para os conceitos centrais da antropologia, e assim permite-se que a criança seja estudada de outras maneiras. Agora o contexto cultural é entendido como um sistema simbólico, o que permite que sentidos e significados sejam formados e reconhecidos; já o contexto social é visto como um conjunto estruturado em constante produção de relações e interações, assim o indivíduo passa a ser visto como ator social, mas não mais como antes, por atuar em um papel, agora por poder recriar a sociedade a qualquer momento.

Essa revisão nos conceitos-chave antropológicos permitiram que a criança fosse vista de uma maneira diferente, como ator social, como produtor de cultura, além da aquisição da condição social da infância (COHN, 2005). Logo, os estudos relacionados com a infância devem preocupar-se em ver a criança como um ator social capaz de produzir cultura e de saber qual o seu papel como criança na sociedade em que vive e participa.

### 2.2 CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA DA INFÂNCIA E DE SUA EDUCAÇÃO

A descoberta da infância é um fato recente diante da longa trajetória de milhões de anos de vida humana. Entretanto, isto não significa que as crianças eram lançadas à própria sorte, mas a elas não eram dado o sentido de crianças,

não era levado em consideração o seu desenvolvimento intelectual, tanto que assim que conseguissem viver sem a presença constante de quem as cuidava, deixavam de ser consideradas crianças e eram vistas como adultos, frequentavam os mesmos ambientes, faziam as mesmas brincadeiras, tinham o mesmo vestuário. Esse fato só começou a mudar a partir do século XII.

Ariès (2014), em sua obra *História Social da Criança e da Família*, apresenta dados históricos sobre o surgimento da importância da idade e seus conceitos de criança, das crianças na iconografia, dos jogos e brincadeiras, dos trajes destinados às crianças. A descoberta da infância ocorre a partir do século XVII, pois até então a criança era vista como um adulto em miniatura, a infância não possuía significado nenhum, era uma fase de transição, portanto não possuía importância.

Até o século XVI o respeito devido às crianças era algo totalmente ignorado. Os adultos se permitiam tudo diante delas: linguagem grosseira, ações e situações grosseiras; elas ouviam e viam tudo. As brincadeiras também possuíam cunho sexual, além de elas dormirem com os adultos. A literatura oferecida às crianças possuía caráter duvidoso, o que a partir do século XVI não foi mais aceito pelos pedagogos, assim o sentido da inocência infantil resultou em uma dupla atitude moral em relação à infância: preservá-la da sujeira da vida, e especialmente da sexualidade tolerada, quando não aprovada entre os adultos, e fortalecê-la, desenvolvendo o caráter e a razão.

Podemos destacar ainda que as crianças se vestiam como adultos em miniatura, mas esse fato começa a mudar no século XVII, quando se cria um traje específico para tal idade, ao menos para as crianças de famílias com maiores condições financeiras, porém somente os trajes dos meninos mudaram, as meninas continuavam usando trajes de mulheres. Ao se tornar um hábito, o traje para a infância “marca uma data muito importante na formação do sentimento de infância, esse sentimento que constitui as crianças numa sociedade separada da dos adultos.” (ARIÈS, 2014, p. 38).

Ariès (2014, p. 105) frisa:

O primeiro sentimento da infância – caracterizado pela “papação” – surgiu no meio familiar, na companhia das criancinhas pequenas. O segundo, ao contrário, proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei, raros até o século XVI, e de um maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Esses moralistas haviam-se tornado sensíveis ao fenômeno outrora negligenciado da infância, mas recusavam-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar. Esse sentimento, por sua vez, passou para a vida familiar.

A esses elementos associou-se, no século XVIII, a preocupação com a saúde física e a higiene, e tudo que se referia às crianças e às famílias se tornou merecedor de atenção, “a criança havia assumido um lugar central dentro da família.” (ARIÈS, 2014, p. 105). Nesse período ainda havia a ideia de primeira infância associada à idade de cinco e seis anos, período em que os meninos abandonavam suas mães ou amas, e aos sete já poderiam entrar para o colégio, porém mais tarde essa faixa etária foi retardada para nove e 10 anos, entretanto a ideia de separação da segunda infância e da adolescência desapareceu com a burguesia no século XIX, com a “fixação de uma correspondência cada vez mais rigorosa entre idade e classe.” (ARIÈS, 2014, p. 115).

Na Idade Média, assim que entravam na escola as crianças entravam imediatamente no mundo dos adultos, ocorria, ainda, a mistura de idades nas salas de aulas. Esse fato só começou a mudar com o sentimento das idades e de infância a partir do século XVIII, quando se distinguem as crianças menores dos demais e depois se estende a distinção também entre os maiores.

Quanto aos processos da disciplina se observa até a Idade Média uma sociedade da camaradagem, em que o estudante seguia um menino mais velho ou um grupo, que “regulava a sua vida quotidiana, muito mais do que a escola e seu mestre, e, porque essa camaradagem era reconhecida pelo senso comum, tinha um valor moral.” (ARIÈS, 2014, p. 116). Entretanto, após esse período, os mestres deixaram de ser os primeiros camaradas e passaram a possuir uma autoridade superior através de um sistema autoritário e hierarquizado que possuía três características principais: “a vigilância constante, a delegação erigida em princípio de governo e em instituição, e a aplicação ampla de castigos corporais” (ARIÈS, 2014, p. 117), principalmente o chicote, reservado no início às crianças pequenas e mais tarde estendendo-se a todos os escolares. Ao longo do século XVIII essa ideia de que a infância não era uma idade servil e que não precisava

ser humilhada começou a surgir. “Tratava-se agora de despertar na criança a responsabilidade do adulto, o sentido de sua dignidade. [...] Esta foi a nova concepção da educação, que triunfaria no século XIX.” (ARIÈS, 2014, p. 119).

Boto (2002), em seu texto *O desencantamento da criança: entre o Renascimento e o Século das Luzes*, permite-nos perceber que a educação subsequente à descoberta da infância foi pensada a fim de formar uma criança nos princípios da civilidade, havendo, assim, um padrão de educação para cada sociedade e cabendo, então, à escola ajudar no “polimento” do homem que essa sociedade almejava. Dessa forma, a autora conclui que “a criança dita pela razão moderna foi desencantada; sem dúvida. Foi secularizada e institucionalizada” (BOTO, 2002, p. 57), acrescentamos, ainda, que foi negado o direito a essas crianças de falarem e agirem como tais, enquadrando todas nos mesmos moldes. Diante ao exposto, evidenciamos a necessidade de conhecer e levar em consideração os aspectos históricos da infância para que esta não seja apresentada por um ponto de vista superficial e reducionista desta que é uma temática ampla e pertencente às diversas áreas do conhecimento.

## 2.3 CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA

A Sociologia da Infância teve início em meio a uma mudança de caráter da vida social e em meio à crise da teoria social, ou seja, ao mesmo tempo em que a teoria social se ajustava à descentralização do sujeito, a Sociologia da Infância valorizava a subjetividade das crianças. A Sociologia da Infância apresenta também algumas dicotomias:

- a) crianças como atores versus infância como estrutura social – a ideia das crianças como atores sociais é de que a infância é construída mediante a interação com os demais atores, já a infância como estrutura social padroniza em larga escala a infância de determinada sociedade. assim, vale destacar a necessidade de considerar que as crianças possuem ações e que é importante descobri-las (prout, 2010);
- b) infância como constructo social versus infância como natural – observa-se a preocupação da modernidade em ver a infância como algo natural ou como algo social, entretanto é preciso vê-la como um fenômeno natural que sofre interferências do social, sendo, assim, também um constructo social;
- c) infância como ser versus infância como devir – tenta-se basear unilateralmente as crianças como seres ou devires, fato este que não é possível visto que “tanto crianças como adultos deveriam ser vistos através de uma multiplicidade de devires, nos quais todos são incompletos e dependentes.” (PROUT, 2010, p. 737).

Ao realizar pesquisas sobre a infância é necessário levar em consideração os apontamentos citados, pois para entender a infância é imprescindível pesquisá-la em todos os seus aspectos. Prout (2010 p. 739) aponta algumas estratégias para superar essa situação tendo como foco o terceiro excluído, pois para ele é preciso “observar a infância como um fenômeno complexo, não imediatamente redutível a um extremo ou outro de uma separação polarizada.”

Prout (2010) aponta, ainda, uma guia para se estudar a infância; segundo ele, é necessário intensificar a interdisciplinaridade dos estudos da infância, considerando seu hibridismo, estabelecendo redes e mediações nas formas de infância ou de criança, prestando atenção na mobilidade e nos fluxos entre as fronteiras e fazendo uma análise relacional das gerações e das trajetórias de vida. É de suma importância a Sociologia da infância ir além de suas dicotomias, é preciso buscar compreender a pluralidade da infância.

## 2.4 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA

A psicologia do desenvolvimento humano busca compreender como ocorre o desenvolvimento humano por meio da observação e da aplicação de testes a fim de medir as mudanças exibidas pelos indivíduos da sua trajetória de vida, criando teorias e conceitos sobre os aspectos evolutivos, sejam eles cognitivos, afetivo-emocionais, psicomotores ou sociais.

Há estudos, como os de Freud e Piaget, que dividem o desenvolvimento por estágios, em que “atributos e funções psicológicos são passíveis de mudanças dentro de uma seqüenciação hierarquizada.” (SOUZA, 1996, p. 41). O desenvolvimento intelectual da criança, segundo a teoria de Piaget, evolui em quatro fases, e cada estágio é uma adaptação do indivíduo da realidade que o rodeia para uma nova situação. Os estágios descritos por Piaget são: estágio

sensório-motor (0 a 2 anos), pré-operatório (2 a 7 anos), operações concretas (7 a 12 anos) e operações formais (12 anos em diante).

Souza (1996) aponta, ainda, que os métodos utilizados para estabelecer esses estágios muitas vezes ou quase sempre são utilizados para programar as respostas desejadas. Entretanto, vale ressaltar que para Piaget há cinco fatores que interferem no processo de construção de conhecimentos: a maturação e hereditariedade; as interações e transmissões sociais; a experiência e a ação sobre o objeto; a equilibração; e a afetividade. Podemos dizer que segundo os estudos de Piaget seria impossível avançar estágios sem que esses fatores tivessem sido atingidos, visto que a aprendizagem é um processo contínuo que ocorre desde o nascimento.

Para Piaget e Vygotsky, cognitivistas, a aprendizagem é um processo de construção do conhecimento, em que o aprendente, partindo de conhecimentos já existentes, produzirá novos conhecimentos por meio da interação com o objeto. Piaget aponta que a aprendizagem ocorre na interação entre sujeito e objeto por meio da experiência/ação, passando por estágios de desenvolvimento conforme a sua capacidade cognitiva de agir. Já para Vygotsky a aprendizagem ocorre na interação entre sujeito e objeto por meio da linguagem, passando por níveis de desenvolvimento da linguagem. Os níveis de desenvolvimento, segundo Vygotsky, são: Nível de Desenvolvimento Real (NDR) – o que o aluno já sabe; Nível de Desenvolvimento Potencial (NDP) – o que se espera que seja aprendido pela criança; e Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) – que expressa o processo de transição de um estágio para o outro. É importante destacar, ainda, o aspecto cultural que ocorre durante o processo de aprendizagem.

Cabe ressaltar que embora os estudos da psicologia do desenvolvimento humano padronizem alguns comportamentos em determinadas faixas etárias, esses mesmos estudos apontam que esses estágios dependem principalmente de dois fatores: o desenvolvimento biológico e as interações com o meio. Assim, em contextos de carência de estímulos ou de falta de maturação biológica esses estágios não obedecerão necessariamente à ordem apresentada por autores como Piaget e Freud.

De maneira geral, os estudos da Infância precisam levar em consideração a idade cronológica da criança e o seu desenvolvimento, assim, faz-se necessário compreender as contribuições da psicologia para o estudo da infância independentemente da área à qual a pesquisa se vincula, pois seu objeto de estudo é a criança.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados anteriormente apontam que a temática infância/criança é pesquisada por diversas áreas do conhecimento e que todas elas trazem apontamentos interessantes e relevantes para as futuras pesquisas, sejam elas ligadas a qualquer uma dessas áreas.

A antropologia aponta que é preciso analisar o que significa ser criança de acordo com a cultura, a sociedade, o lugar e o tempo; a história da criança, ao mostrar as transformações no modo de a sociedade ver a infância, permite compreender melhor os contextos atuais de escolarização e socialização da criança; a psicologia destaca a importância de conhecer os processos de desenvolvimento da criança e as condições para que esses processos ocorram; já a sociologia pondera que é preciso compreender a pluralidade da infância para realizar um estudo mais consistente sobre ela.

As contribuições apresentadas no artigo evidenciam ainda que ao pesquisar sobre a infância e as crianças é necessário tomar alguns cuidados, como analisar as condições sociais em que as crianças vivem e interagem; levar em consideração as características de homogeneidade e heterogeneidade; prestar atenção à voz das crianças; não introjetar o olhar adulto sobre as crianças; refletir sobre as crianças como atores sociais e sobre a infância como uma construção social; e questionar sobre as questões envolvendo o desenvolvimento humano das crianças. Ao tomar esses cuidados e, considerando as contribuições das diversas áreas do conhecimento, pode-se desenvolver pesquisas que produzam um conhecimento digno de respeito na área da infância.

#### *Human and social areas contributions' for childhood studies*

##### *Abstract*

*This article aims to discuss the contributions of human and social areas to the study of childhood. It contextualizes the theme of childhood and presents the three legal rights of children, rights of protection, rights of provision and rights of participation. Subsequently, it presents*

*the contributions of anthropology, history of childhood and education, sociology and psychology, highlighting points of connection between the different areas of knowledge presented, emphasizing the need for an interdisciplinary look when researching the themes of childhood and child. It concludes that studies of childhood need to understand the plurality of childhood and history, taking into account the processes of development of the child, in addition to seeing her as a social actor.*

*Keywords: Childhood. Child. Childhood studies.*

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

BOTO, Carlota. O desencantamento da criança. In: FREITAS, M. C. de; KUHLMANN JÚNIOR, M. (Org.). **Os Intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

COHN, Clarice. **Antropologia da Criança**. São Paulo: Jorge Zahar, 2005.

KUHLMANN JÚNIOR, M.; FERNANDES, F. S. Infância: construção social e histórica. In: VAZ, A. F.; MOMM, C. M. (Org.). **Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas**. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012. Disponível em: <[http://www.usfx.bo/nueva/vicerrectorado/citas/SOCIALES\\_8/Pedagogia/82.pdf#page=22](http://www.usfx.bo/nueva/vicerrectorado/citas/SOCIALES_8/Pedagogia/82.pdf#page=22)>. Acesso em: 06 dez. 2016.

PIAGET, J. **Epistemologia Genética**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

PROUT, A. Reconsiderando a nova Sociologia da Infância. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 729-750, set./dez. 2010.

SARMENTO, M. J.; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: SARMENTO, M. J.; PINTO, M. **As crianças: Contextos e Identidades**. Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997. p. 9-29.

SOUZA, S. J. Re-significando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância. In: KRAMER, S.; LEITE, M. I. (Org.). **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas: Papirus, 1996. p. 39-55.